

PROPOSTA METODOLÓGICA PARA AVALIAÇÃO DO GRAU DE SUCESSO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS RECÉM-EMANCIPADOS COMO SUBSÍDIO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PROPOSTOS PELA ONU

Marcos Antônio Nunes¹
Ricardo Alexandrino Garcia²

Resumo

A Constituição Federal de 1988, ao conceder mais autonomia às unidades federativas sobre a temática das emancipações, contribuiu para que ressurgisse no país um novo surto emancipacionista. Em consequência, no decorrer da década de 1990 foram criados mais de mil municípios, a maioria sem condições financeiras para se sustentar. A questão central é: pode-se mensurar o grau de sucesso auferido pelas emancipações utilizando indicadores socioeconômicos que permita inferir sobre a sustentabilidade desses novos municípios? Nesta pesquisa foram utilizados o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e o Coeficiente de Gini, e assim subsidiar a proposta da ONU para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A proposta da ONU constitui importante instrumento metodológico de avaliação de fontes de dados que permite monitorar aqueles objetivos. Desta forma, os resultados da pesquisa permitiram congregiar os municípios em classes distintas que, por sua vez, possibilitaram avaliar a dinâmica dos municípios recém-criados frente às demais categorias municipais.

Palavras-chave: Emancipações. Municípios brasileiros. IDH. Coeficiente de Gini, Sustentabilidade.

Tópico: Indicadores para avaliar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): seu efeito sobre as instituições estatísticas nacionais, factibilidade da medição e análise da informação.

¹ Pesquisador do Instituto de Geoinformação e Tecnologia (IGTEC/SECTES); doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências (IGC/UFMG). Este autor agradece à FAPEMIG pelo apoio financeiro para participar de mais um congresso.

² Professor adjunto do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências (UFMG); coordenador do Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências (UFMG); doutor em demografia pelo CEDEPLAR/UFMG.

1- INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 transferiu aos municípios brasileiros a mais ampla autonomia política de sua história ao lhes conceder o *status* de ente federativo, além de assegurá-los a transferência de outros impostos e reconhecer o poder de auto-organização e a reafirmação de um governo próprio, mediante o voto popular. Não apenas esta unidade nuclear da hierarquia político-administrativa brasileira que obteve privilégios, mas também as unidades federativas do país às quais a Carta Magna deliberou, entre outros, o poder de legislar sobre o tema das emancipações distritais.

Raras exceções, as assembleias estaduais de todo o país flexibilizaram o processo emancipatório, à medida que elaboraram regras facilitadoras para a criação de municípios em seus respectivos estados. Estados que já apresentavam uma geografia bem fragmentada territorialmente, como é o caso de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, ostentaram um grande número de emancipações no período pós-1988. Isso demonstra que muitas dessas emancipações foram de caráter estritamente político-eleitoral; forjadas, portanto, pelas elites políticas que emergiram das localidades pleiteantes.

Assim teve início a corrida rumo às emancipações de inúmeros distritos em diversas regiões do Brasil, o que sucedeu no grande surto emancipacionista dos anos 1990. O resultado foi a criação de mais de mil municípios. Entre o período censitário de 1991 e 2000, o número de municípios no Brasil saltou de 4.491 para 5.507, conforme mostra a Tabela 1.

TABELA 1- Evolução do número de municípios no Brasil (1940-2013)

Ano	Número de municípios	Taxa de crescimento entre períodos (%)
1940	1.574	-
1950	1.889	20,0
1960	2.766	46,4
1970	3.952	42,9
1980	3.991	1,0
1991	4.491	12,5
2000	5.507	22,6
2010	5.565	1,1
2013*	5.570	0,1

Fonte: Adaptado de Bremaeker (1991); dados de 2000 e 2010 são do IBGE.

Nota: Em 2013, mediante processos judiciais pendentes, foram instalados mais cinco municípios no Brasil.

Observa-se que este ritmo não se manteve robusto nos períodos subsequentes, porque o governo federal colocou um freio às emancipações, através da aprovação da Emenda Constitucional nº 15 de 1996, que aniquilou qualquer possibilidade de novos surtos emancipacionistas no Brasil³.

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei (BRASIL, 1996).

A partir de então, a criação de municípios ficou restrita às decisões do Judiciário que ainda julgava causas pendentes sobre o tema. Até dezembro de 2012 o país contava com 5.565 municípios⁴, contudo, após recorrências judiciais remanescentes, o Brasil passou a contar com mais cinco novos municípios a partir de 1º de janeiro de 2013. Pescaria Brava, Balneário Rincão, ambos em Santa Catarina, Mojuí dos Campos (PA), Pinto Bandeira (RS) e Paraíso das Águas (MS) tornaram-se municípios, não obstante a consulta às respectivas populações envolvidas ter ocorrido há duas décadas.

Siqueira (2003) apresenta dois aspectos político-institucionais que estimularam o processo de criação de municípios: 1) o novo *status* conquistado pelos municípios, acompanhado de uma transferência significativa de recursos; 2) a elaboração de uma legislação, em nível estadual, que criou regras facilitadoras para as emancipações distritais. Esta combinação foi perfeita para que ocorresse o surto emancipacionista dos anos 1990 em todo o país, processo que estaria em curso caso não fosse contido pelo governo federal em mais de uma ocasião, o que gerou insatisfação política no Legislativo federal. Enquanto isso, se acumulam os pedidos de emancipações nas assembleias estaduais (NUNES; GARCIA; OLIVEIRA, 2015).

Por isso que os municípios que surgiram após a Constituição Federal de 1988 detêm uma peculiaridade que os distingue daqueles instalados em décadas anteriores. Esta característica foi fundamental para que eles apresentassem relativo sucesso em seus indicadores socioeconômicos. A questão é que esses municípios foram criados sem dívidas, ou seja, quando instalados não herdaram nenhum ônus dos municípios que lhes deram origem; portanto, sem a obrigação legal de ressarcir-los pelos gastos que, porventura, foram realizados em obras de infraestrutura urbana, serviços, entre outros, enquanto eram distritos. Assim, eles estavam aptos a se endividarem mediante a garantia das receitas provenientes dos governos federal e estadual, notadamente do primeiro, já que parcela expressiva delas é oriunda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

³ Desde quando tramitava no Congresso Nacional o projeto da Emenda nº 15, as autoridades do Executivo federal já conheciam os motivos das emancipações. As principais razões para a criação de municípios eram: o descaso da administração do município de origem (54,2% dos casos); a existência de uma forte atividade econômica local (23,6%); a grande extensão territorial do município de origem (20,8%); e o grande aumento da população local, apontado por 1,4% dos municípios emancipados (BREMAEKER, 1996).

⁴ Nesta pesquisa utilizou-se o número total de 5.565 municípios, idêntico ao do ano censitário de 2010.

Com receita em caixa, os gestores dos novos municípios se habilitaram na realização de obras de infraestrutura e na oferta e melhoria dos serviços públicos municipais, que foram as pré-condições de mobilização das lideranças políticas locais para as emancipações. Exemplo de melhoria foi a área social, notadamente os setores da saúde e da educação, sobretudo para os municípios localizados em regiões mais pobres e distantes das sedes dos municípios de origem.

Desse modo é plausível admitir que os novos municípios adquiriram, inicialmente, relativa dinamicidade econômica ao atrair investimentos e também contingentes humanos, na proporção de seu tamanho demográfico, uma vez que a maior parte das novas municipalidades é constituída de população inferior a 10 mil habitantes (NUNES; GARCIA, 2014).

Destarte, os municípios recém-criados podem servir de parâmetro para uma análise da validade dessas emancipações, e que, simultaneamente, possibilite testar alguns indicadores de sustentabilidade? Esta pesquisa, então, visa mensurar o grau de sustentabilidade dos municípios brasileiros recém-emancipados, e analisar se houve melhoria nas condições de vida dessa população em relação às demais categorias municipais, a partir de dois indicadores: o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e o Coeficiente de Gini, dos anos de 2000 e 2010. Embora o período de análise seja de apenas uma década, em função da indisponibilidade de dados para os anos mais recentes, a hipótese aqui enunciada é de que os municípios recém-criados lograram êxito neste processo, especialmente no desenvolvimento humano e social.

Assim, os resultados permitiram congregiar os municípios em quatro classes, segundo o grau de desenvolvimento humano e equidade distributiva, que, por sua vez, possibilitaram avaliar a dinâmica desses municípios em relação às demais categorias.

Por fim, a pesquisa também objetiva subsidiar a proposta da Organização das Nações Unidas (ONU) que definiu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – daí o apelo ao conceito “sustentabilidade”. Antes, no entanto, de elucidar sobre as etapas percorridas nesta pesquisa e avaliar os seus resultados, a próxima seção discorre sobre importantes aspectos históricos e conceituais relacionados ao tema *desenvolvimento sustentável*.

2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1- A emergência da questão ambiental: o Clube de Roma e a Conferência de Estocolmo

No pós-guerra verificou-se uma forte expansão econômica e industrial que tornou férteis as discussões de caráter político, econômico e também ambiental. Neste período floresceram nos países centrais importantes movimentos ambientalistas que passaram a questionar a qualidade de vida da população, especialmente a dos grandes centros urbanos devido à acelerada urbanização. Surgiram também organizações e programas direcionados a assuntos sobre segurança internacional, desenvolvimento econômico, progresso social e direitos humanos.

De imediato, foram criados a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, e do Programa de Recuperação Europeia ou Plano Marshall, em 1947, pelos Estados Unidos. Como se sabe, a ajuda financeira norte-americana visava mais que a recuperação dos países europeus aliados, mas, sobretudo, ampliar a sua área de influência na Europa devastada pela guerra e restringir o avanço do socialismo soviético no continente. Na ocasião, foi injetado na economia europeia mais de US\$ 10 bilhões, o que contribuiu para o crescimento da produção industrial naquele continente.

O capitalismo industrial, notadamente através da expansão das multinacionais que contava ainda com o desenvolvimento do setor de transportes e comunicações, se expandiria para os países da periferia, principalmente os da Ásia e América Latina. Destarte, nos anos 1960, alguns países do Terceiro Mundo iniciaram um processo de industrialização denominado “fordismo periférico”, que foi financiado por transferências de créditos e de tecnologia provenientes do “fordismo central” (LIPIETZ, 1989). A legislação ambiental nos *Novos Países Industrializados* (NPIs) era inexistente ou muito permissiva, o que agravou principalmente a poluição atmosférica nessas cidades. Não é por acaso que as cidades mais poluídas do planeta hoje estão localizadas nos países em desenvolvimento.

A sociedade industrial estava, pois, diante de um grande desafio: o debate sobre “o limite entre crescimento econômico e exploração dos recursos naturais”. Em 1966, um grupo de empresários europeus fundou o chamado *Clube de Roma*, através do qual debateram um conjunto de assuntos relacionados à economia mundial, política, meio ambiente, entre outros. O *Clube de Roma* ganhou notoriedade no ano de 1972, quando a ONU patrocinou a *Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente*, ou simplesmente *Conferência de Estocolmo*⁵.

O maior objetivo da *Conferência de Estocolmo* era conter a poluição nas suas várias formas (RIBEIRO, 1991). Porém, duas teses foram discutidas durante a reunião. À medida que os debates se acirravam, observou-se a formação de dois grupos antagônicos. De um lado, os países industrializados propondo a linha do “desenvolvimento zero”, e de outro, os países em desenvolvimento que propunham o “crescimento a qualquer custo”. Tais impasses inviabilizariam o acordo entre as partes. Em um mundo polarizado entre os blocos capitalista e socialista, ou pelo conflito Leste/Oeste, o que se verificou na Conferência foi a divisão do tipo Norte/Sul⁶.

Para essa Conferência, o Clube de Roma patrocinou o relatório *Os Limites do Crescimento*, publicado pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), que tratou de temas relacionados ao desenvolvimento econômico da humanidade: tecnologia, geração e consumo de energia, saneamento básico, poluição, saúde, crescimento populacional, etc. A publicação também ficou conhecida como

⁵ Antes da *Conferência de Estocolmo* foram realizadas reuniões preparatórias na cidade de Founex, na Suíça. O *Relatório Founex* estabeleceu um caminho intermediário entre o pessimismo a respeito do esgotamento dos recursos e o otimismo dos cornucopianos a respeito dos “remédios da tecnologia” (SACHS, 1993).

⁶ Termo cunhado em 1955, durante a Conferência de Bandung, na Indonésia, que designava um mundo dividido entre países ricos industrializados e países pobres exportadores de produtos primários.

*Relatório Meadows*⁷, pois deriva de pesquisa conduzida pela cientista Donella Meadows que simulou, através de um modelo matemático, as interações entre população, crescimento industrial, produção de alimentos e os limites dos ecossistemas terrestres em suprir a crescente demanda mundial – assim estava formulado o primeiro modelo econométrico para o ambientalismo emergente.

Embora o documento servisse de alerta à comunidade internacional, ele não apresentava uma saída conciliadora entre o crescimento econômico e a exploração dos recursos naturais. Antes mesmo de se definir o conceito de *desenvolvimento sustentável*, concebido na década de 1980, já havia uma noção de seus fundamentos estabelecida durante a *Conferência de Estocolmo* a partir do conceito de *ecodesenvolvimento*. Assim, através de um conceito novo (*desenvolvimento sustentável*) procurava-se tratar as questões ambientais a partir de novas abordagens.

2.2- Gênese e consolidação do conceito

O debate que permeia o conceito *desenvolvimento sustentável* emergiu quando as questões ambientais passaram a fazer parte da agenda do meio técnico e científico, a partir da segunda metade do s. XX, graças ao agravamento dos diversos tipos de poluição e dos acidentes ambientais em consequência da expansão urbano-industrial e também do comércio mundial.

O termo *desenvolvimento sustentável* tem sido utilizado pelos mais diversos segmentos da sociedade civil internacional. Ao observar políticos, empresários, ambientalistas e trabalhadores empregando o termo se questiona o quanto um conceito pode servir a grupos tão antagônicos, ou a quem serve o discurso em torno do conceito (EVASO et. al., 1992/93).

Bellen (2006) apresenta algumas abordagens conceituais de alguns autores: Goldsmith e coautores (1972) afirmam que uma sociedade é considerada sustentável quando todos os seus propósitos e intenções podem ser atendidos indefinidamente, fornecendo satisfação ótima para seus membros. De acordo com Pronk e ul Haq (1992), o desenvolvimento é sustentável quando o crescimento econômico traz justiça e oportunidades para todos os seres humanos, sem privilégio de algumas espécies, sem destruir os recursos naturais finitos e sem ultrapassar a capacidade de carga do sistema. Costanza (1991), por seu turno, considera que o conceito deve ser inserido na relação dinâmica entre o sistema econômico humano e um sistema maior, o ecológico. Para ser sustentável essa relação deve assegurar que a vida humana continue indefinidamente, com crescimento e desenvolvimento da sua cultura, cujas atividades não destruam a diversidade, a complexidade e as funções do sistema ecológico de suporte à vida (apud BELLEN, 2006, p. 23-24).

⁷ A solução defendida no *Relatório Meadows* não implicava, evidentemente, em distribuir a riqueza já produzida, mas congelar o crescimento para que as nações periféricas não atingissem o mesmo grau de desenvolvimento dos países ricos, e, por conseguinte, aumentassem a pressão sobre os recursos naturais (OLIVEIRA, 2012). Apesar de sua orientação neomalthusiana, ao propor limites ao crescimento, o relatório reacendeu as discussões sobre o crescimento demográfico mundial e serviu de alerta para a comunidade internacional. O documento assinalava, inclusive, o tempo necessário para o esgotamento dos recursos naturais, caso mantidas as tendências de crescimento até então prevalentes (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Foi a partir da década de 1970 que se teve conscientização progressiva dos limites e da vulnerabilidade da base dos recursos naturais. Em 1973, Maurice Strong introduziu o conceito de *ecodesenvolvimento*, inicialmente utilizado para caracterizar uma concepção alternativa de desenvolvimento em áreas rurais dos países subdesenvolvidos, sensível à problemática ambiental. Em 1974, Ignacy Sachs reelabora o conceito, estendendo-o às áreas urbanas (EVASO et. al, 1992/93).

Ignacy Sachs aborda a questão da educação, da participação, da preservação dos recursos naturais, juntamente com a satisfação das necessidades básicas. Foi um avanço na percepção do problema ambiental global na medida em que se começa a verificar a interdependência entre desenvolvimento (modelo dominante) e meio ambiente (BELLEN, 2006).

Outra contribuição importante foi a *Declaração de Cocoyok* (México) em 1974. A Declaração lança algumas hipóteses sobre a relação entre “desenvolvimento” e “meio ambiente”, entre elas a de que a explosão populacional é decorrente da absoluta falta de recursos em alguns países; e que a destruição ambiental é decorrente da pobreza, e por isso os países desenvolvidos têm uma parcela de culpa nos problemas globais, dado ao elevado nível de consumo. Junta-se àquela Declaração o *Relatório Que Faire*, de 1975, que atualizaram os princípios dessa abordagem *ecodesenvolvimentista* (BELLEN, 2006). Essa discussão ganhou contornos mais nítidos na década seguinte.

Em 1975, o relatório da Fundação Dag-Hammarskjöld aprofundou as conclusões da *Declaração de Cocoyok*. O relatório contou com a colaboração de 48 países e outras 13 organizações da ONU, e se concentrou na questão do poder e sua relação com a degradação ambiental. O texto apela à mudança das estruturas dos sistemas vigentes (BELLEN, 2006).

No início da década de 1980, a ONU retomou os debates sobre as questões ambientais discutidas na *Conferência de Estocolmo*, e em 1983 indicou a então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, para chefiar a *Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento* (CMMAD). Brundtland deveria aprofundar as propostas mundiais na área ambiental e apresentar um relatório final. Essas contribuições influenciariam os trabalhos da CMMAD na década seguinte, o que consolidaria o conceito de *Desenvolvimento Sustentável* na comunidade internacional.

O relatório foi apresentado em 1987 e foi denominado *Nosso Futuro Comum*, ou *Relatório Brundtland*. Ele traz uma das definições mais conhecidas que afirma que o *desenvolvimento sustentável* é “uma abordagem que visa a satisfazer as necessidades e aspirações das gerações atuais e futuras, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem suas necessidades” (SIMON; DEFRIES, 1992, p. 137). Em síntese, “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1987, p. 46, apud EVASO et. al., 1992/93, p. 95).

O *Relatório Brundtland* já apontava que as possibilidades de materialização de um estilo de *desenvolvimento sustentável* se encontram diretamente relacionadas com a superação da pobreza, com a satisfação das necessidades básicas de alimentação, saúde e habitação. Além disso, uma matriz

energética que privilegie as fontes renováveis de energia, em que o processo de inovação tecnológica gere benefícios a serem compartilhados por países ricos e pobres (GUIMARÃES, 1997).

Desenvolvimento Sustentável se tornou um conceito que teve grande impacto, pois combinava duas abordagens presentes no pensamento ocidental acerca da ordem social: a ideia de que o crescimento material é a base do desenvolvimento social, e a ideia de que existe um procedimento normativo aceitável na relação homem-meio ambiente físico. Na escala global, os programas para o desenvolvimento socioeconômico e para o meio ambiente estão incorporados pela ONU (WÜSTEN, 2006).

Por fim, o desafio ainda reside em algumas questões pertinentes: como alcançar um processo contínuo e global de *desenvolvimento sustentável* que não esgote os recursos naturais e ao mesmo tempo satisfaça às atuais demandas do processo produtivo? Como desenvolver práticas sociais orientadas para uma maior sustentabilidade do desenvolvimento, se por trás está um regime de acumulação baseado na centralização do poder econômico e no crescimento da participação do capital privado através de organizações empresariais globais?

Nas condições que estabelece este novo regime de acumulação que se terá de avançar para um *desenvolvimento sustentável*, o qual, sem dúvida, envolve dificuldades e desafios de grande envergadura. Os caminhos alternativos até agora esboçados estão delineados no mundo da utopia e, como tal, têm um limitado porvir em termos de prática concreta (MATTOS, 1997).

2.3- Dimensões da sustentabilidade e os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU

Dado à complexidade não apenas conceitual do termo *desenvolvimento sustentável*, que ultrapassa a dicotomia crescimento/desenvolvimento econômico, verifica-se que o conceito adquiriu fundamentalmente uma perspectiva multidimensional e também interdisciplinar, à medida que abrange as áreas social, econômica, ambiental, cultural, político-institucional, etc., além de englobar várias escalas espaciais.

Ignacy Sachs (1993) propôs cinco dimensões da sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Embora o autor considere a natureza política e institucional dos obstáculos à preservação “da base de recursos”, ele não inclui a “sustentabilidade político-institucional” entre aquelas dimensões. A dimensão “político-institucional” pode ser considerada a partir de indicadores que avaliam a gestão pública, neste particular, a administração municipal.

O esforço metodológico de Sachs, em fundamentar as dimensões da sustentabilidade, parece pairar o mundo da utopia, ao parafrasear Mattos (1997). Não obstante, são as utopias que movem as pessoas, o mundo e as organizações. Neste caso, é imprescindível que uma organização supranacional tome a iniciativa para definir metas para se alcançar os objetivos de *desenvolvimento sustentável*.

A ONU tomou esta importante decisão, quando em 2000 convidou a sociedade civil e aos estados-membros a se dedicarem com atenção aos grandes desafios que o planeta enfrentava, através

dos “objetivos de desenvolvimento do milênio e as metas a serem atingidas até o ano de 2015”. Agora, através da *Agenda pós-2015*. Globalmente, muitas dessas metas foram alcançadas até 2015 pelos estados-membros, e outras não. No caso brasileiro, algumas delas, notadamente as da área social, foram atingidas antes mesmo de 2015 (IPEA, SPI/MP, 2007).

O Secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, convidou novamente a sociedade a se mobilizar em prol dos novos desafios a serem acompanhados nos próximos 15 anos, que incluem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Constituem-se oito os objetivos do milênio; são eles: 1) Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2) universalizar a educação primária; 3) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) reduzir a mortalidade na infância; 5) melhorar a saúde materna; 6) combater o HIV/aids, a malária e outras doenças; 7) garantir a sustentabilidade ambiental; 8) estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (IPEA, SPI/MP, 2007). Esses objetivos são constituídos de metas, cada uma com indicadores propostos pela ONU e, no caso brasileiro, pelo Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA).

A perspectiva de analisar o *desenvolvimento sustentável* de municípios a partir de dois indicadores (IDH e Coeficiente de Gini), conforme descrito na próxima seção, servirá para validar a sua utilização para o estudo do desenvolvimento humano e distribuição de renda para os 5.565 municípios brasileiros, em particular, para os recém-criados.

3- METODOLOGIA

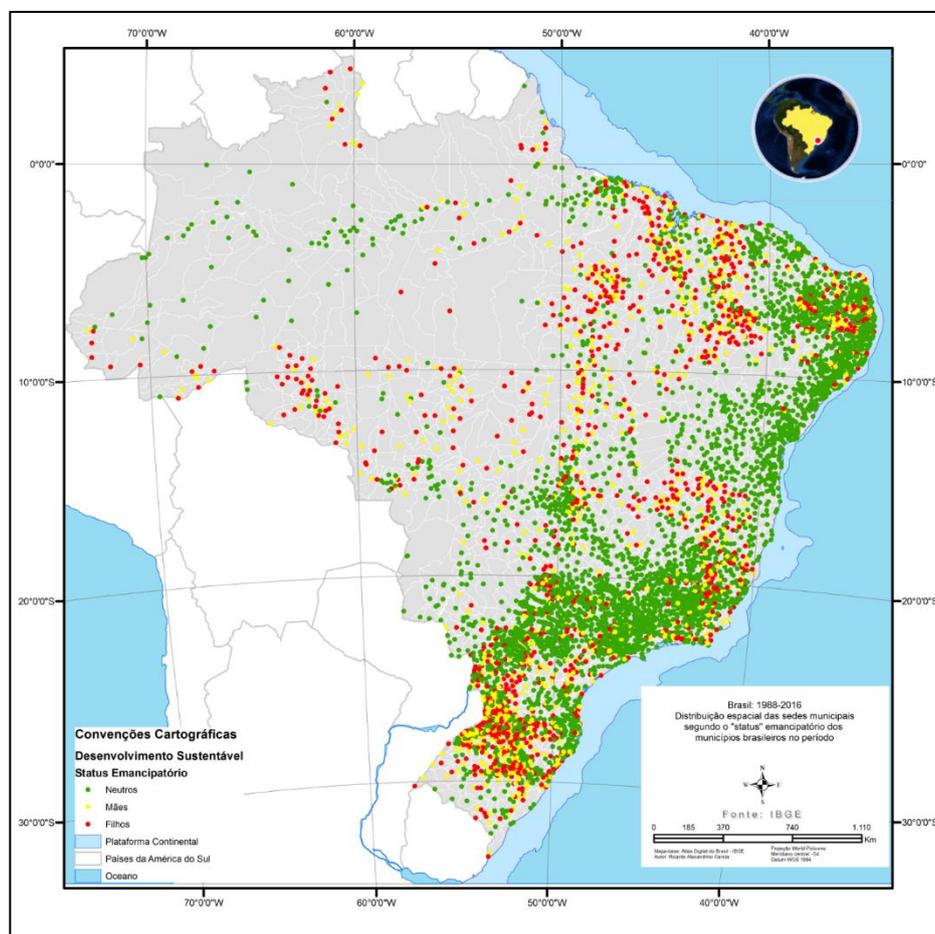
O primeiro aspecto a ser considerado é de natureza terminológica, pois há dois agrupamentos distintos de municípios. O primeiro agrupamento é de caráter “fixo”, determinado pela Constituição Federal de 1988, conforme o “status” do município em relação ao processo emancipatório, e foi denominado “categoria municipal”. Assim, inicialmente, foi preciso congregá-los em três categorias: municípios recém-emancipados ou “filhos”, municípios remanescentes ou “mães”, e municípios que não sofreram fracionamento territorial ou “neutros”. Há casos em que o “município-mãe” gerou mais de um “município-filho” – o que explica o número da primeira categoria ser inferior ao da segunda.

A Figura 1 apresenta as 5.565 sedes dos municípios brasileiros representados por pontos, conforme a sua categoria. Os pontos destacados em tom mais escuro representam os municípios criados após a Constituição de 1988.

O segundo agrupamento de municípios foi denominado de “classes” ou “tipos municipais”. Essas classes são o produto da análise dos níveis de sustentabilidade dos municípios brasileiros, alcançado no período entre 2000 e 2010. Assim, para analisar e comparar o grau de sustentabilidade dos municípios, segundo as suas categorias, foram adotados dois indicadores que mensuram, respectivamente, o desenvolvimento humano e a desigualdade socioeconômica: o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), por ser um indicador sintético que congrega as

dimensões “educação”, “longevidade” e “renda”; e o Coeficiente de Gini, para mensurar o grau de desigualdade na distribuição da renda entre a população municipal.

FIGURA 1- Distribuição espacial das sedes dos municípios brasileiros, segundo a categoria municipal: “neutros”, “mães” e “filhos” (2010).



Fonte: IBGE.

O IDH é uma medida sintética que possibilita classificar e comparar, a longo prazo, o progresso alcançado pelo conjunto populacional dos países, estados, municípios, etc. Foi formulado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen. A formulação deste indicador teve como principal objetivo oferecer uma alternativa a outro, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita⁸, enquanto medida sumária que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento das rendas pessoais, industrialização, etc. (SEN, 2010).

⁸ O PIB per capita tem a vantagem de ponderar sobre as variações do tamanho populacional e representar a renda média da população. Aí reside uma limitação do indicador, justamente por não revelar o nível de desigualdade de renda de uma sociedade, ou seja, ele oculta a divergência de renda entre pobres e ricos, o que reflete no desvio padrão. Ainda assim, ele é considerado importante indicador de qualidade de vida, uma vez que o seu crescimento reflete diretamente na geração de riqueza.

Embora seja um indicador sintético, O IDH não abrange nem esgota todos os aspectos do desenvolvimento. Contudo, pelo fato de congregarem três dimensões e haver disponibilidade desses dados para todos os municípios brasileiros, ele foi selecionado para compor esta análise.

Por seu turno, o Coeficiente de Gini é uma medida geralmente utilizada para mensurar o grau de desigualdade social. Os resultados da medida situam-se no intervalo entre 0 e 1; em que 0 corresponde à completa igualdade, e 1 à completa desigualdade. Portanto, quanto mais próximo da unidade, maior o grau de desigualdade, e mais próximo de 0, maior o grau de equidade entre as variáveis utilizadas. Nesta pesquisa, o Coeficiente de Gini foi utilizado para mensurar o grau de desigualdade na distribuição da renda entre os habitantes de cada município brasileiro.

Ao considerar que as emancipações distritais ocorreram em sua maior parte na primeira metade dos anos 1990, foram selecionados os anos de 2000 e 2010 como referência para analisar a dinâmica do desenvolvimento municipal no período, segundo as categorias municipais aqui estabelecidas. Ao serem confrontados os dados com os valores referentes à totalidade dos municípios brasileiros, os resultados permitiram agrupar o conjunto dos municípios em quatro classes, em relação aos níveis de desenvolvimento humano e de desigualdade:

- **Município Tipo 1:** alta desigualdade e baixo desenvolvimento;
- **Município Tipo 2:** baixa desigualdade e baixo desenvolvimento;
- **Município Tipo 3:** alta desigualdade e alto desenvolvimento;
- **Município Tipo 4:** baixa desigualdade e alto desenvolvimento.

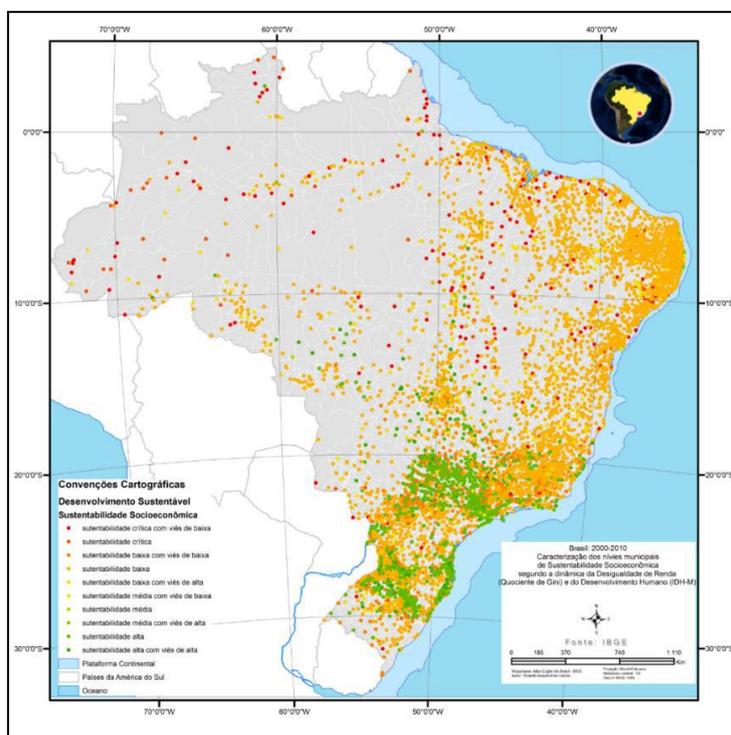
O Município Tipo 1, por ser muito desigual na distribuição da renda municipal e apresentar baixo desenvolvimento humano, refere-se à pior condição socioeconômica que se pode encontrar em uma determinada sociedade. O Tipo 2, não obstante apresentar baixa desigualdade, possui, entretanto, baixo grau de desenvolvimento humano. Por sua vez, o Tipo 3, embora detenha um alto desenvolvimento humano, apresenta alta desigualdade na distribuição da renda. Portanto, os tipos 2 e 3 são modelos mais satisfatórios que o Tipo 1, porém não devem ser almejados pelos planejadores municipais. Por fim, o Tipo 4, que detém baixa desigualdade e alto desenvolvimento humano, representa o “melhor dos mundos”, o modelo a ser seguido pelos gestores públicos municipais.

Em seguida, os municípios foram categorizados segundo seu “status” em relação às emancipações: “filhos”, “mães” e “neutros”, que são condições fixas e estabelecidas de acordo com o próprio processo emancipatório; e foram, em seguida, congregados em 4 classes, em conformidade com o grau de sustentabilidade alcançado entre 2000 e 2010.

E, por último, foi analisada a dinâmica de transição municipal entre essas classes no período, cujos resultados redundaram na formação de dez subdivisões (Figura 2), ou níveis de sustentabilidade socioeconômica, conforme se segue:

- **Município Tipo 2-1:** alta desigualdade e baixo desenvolvimento - **sustentabilidade crítica com viés de baixa;**
- **Município Tipo 1-1:** alta desigualdade e baixo desenvolvimento consistentes - **sustentabilidade crítica;**
- **Município Tipo 3-2 e 4-2:** baixa desigualdade e baixo desenvolvimento - **sustentabilidade baixa com viés de baixa;**
- **Município Tipo 2-2:** baixa desigualdade e baixo desenvolvimento consistentes - **sustentabilidade baixa;**
- **Município Tipo 1-2:** baixa desigualdade e baixo desenvolvimento - **sustentabilidade baixa com viés de alta;**
- **Município Tipo 4-3:** alta desigualdade e alto desenvolvimento - **sustentabilidade média com viés de baixa;**
- **Município Tipo 3-3:** alta desigualdade e alto desenvolvimento consistentes - **sustentabilidade média;**
- **Município Tipo 1-3 e 2-3:** alta desigualdade e alto desenvolvimento - **sustentabilidade média com viés de alta;**
- **Município Tipo 1-4, 2-4 e 3-4:** baixa desigualdade e alto desenvolvimento - **sustentabilidade alta com viés de alta;**
- **Município Tipo 4-4:** baixa desigualdade e alto desenvolvimento consistentes - **sustentabilidade alta.**

FIGURA 2- Níveis de sustentabilidade socioeconômica dos municípios brasileiros, segundo a dinâmica do desenvolvimento humano (IDH) e da desigualdade de renda (Coeficiente de Gini) – 2000-2010



Fonte: IBGE.

Por fim, ao analisar os resultados para o conjunto dos municípios brasileiros, estabeleceu-se esta nova tipologia, que levou em conta a variação entre as classes, revelando uma tendência nada animadora, conforme será avaliado na próxima seção.

4- RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 5.565 municípios brasileiros, foram identificados 3.582 pertencentes à categoria “neutros”, ou que após a Constituição de 1988 não sofreram nenhum fracionamento municipal; 906 pertencentes à categoria “mães”, e 1.077 que compõem a categoria “filhos”. Por seu turno, estes municípios, conforme descrito na seção anterior, foram organizados em 4 classes que, no período de análise, se deslocaram de uma para outra, conforme mostra a Tabela 2.

TABELA 2- Evolução da participação dos municípios brasileiros, segundo as classes e categorias municipais, no período de 2000-2010

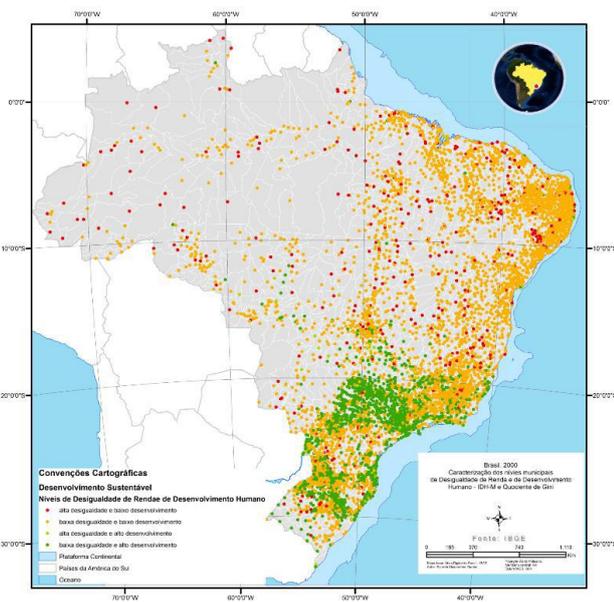
Classe Municipal	Categoria municipal						Total	
	Neutros		Mães		Filhos		2000	2010
	2000	2010	2000	2010	2000	2010		
1- Alta desigualdade e baixo desenvolvimento	183	128	59	44	111	56	353	228
2- Baixa desigualdade e baixo desenvolvimento	2.466	2.702	557	613	832	890	3.855	4.205
3- Alta desigualdade e alto desenvolvimento	36	25	8	5	6	4	50	34
4- Baixa desigualdade e alto desenvolvimento	897	727	282	244	128	127	1.307	1.098
TOTAL	3.582		906		1.077		5.565	

Fonte: PNUD/Brasil (2000 e 2010).

No período entre 2000 e 2010 foram verificadas algumas mudanças na composição dessas classes municipais. O Município Tipo 2 (baixa desigualdade e baixo desenvolvimento) é a classe que predomina no Brasil e que apresentou a maior frequência absoluta, com 3.855 e 4.205 municípios, respectivamente. O incremento de 350 municípios para a classe Tipo 2, neste interstício, demonstra que uma parcela de municípios das demais classes se deslocou para ela – isso revela que há uma tendência dos municípios brasileiros a se deslocarem para a condição de “baixa desigualdade e baixo desenvolvimento”. As figuras 3 e 4 mostram a distribuição dessas classes nos anos de 2000 e 2010, respectivamente.

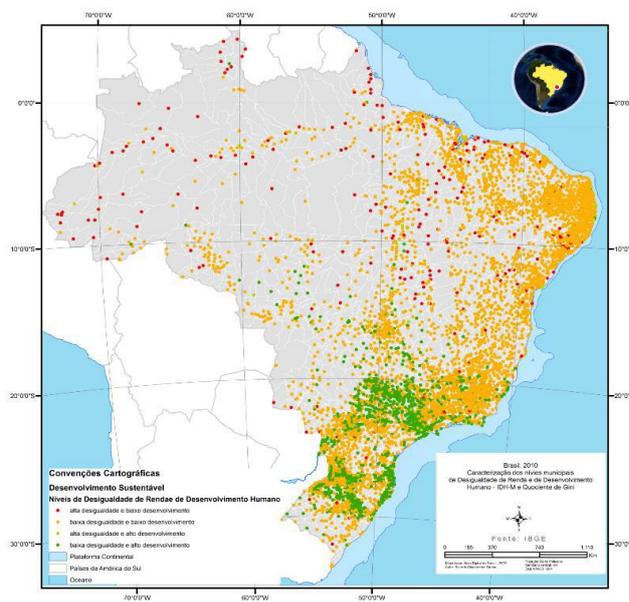
O Município Tipo 1 (alta desigualdade e baixo desenvolvimento), pertencente à classe mais desfavorável, apresentou no período redução de 353 para 228 municípios. Esta queda foi generalizada e se verificou em todas as categorias municipais, principalmente entre os “municípios-filhos”, que apresentou queda relativa de 50%, bem superior à de outras categorias. Isto sugere que as emancipações podem ter contribuído, em certa medida, para a melhoria das condições de vida da população desses novos municípios.

FIGURA 3- Níveis de desigualdade de renda e de desenvolvimento humano dos municípios brasileiros – 2000



Fonte: IBGE.

FIGURA 4- Níveis de desigualdade de renda e de desenvolvimento humano dos municípios brasileiros – 2010



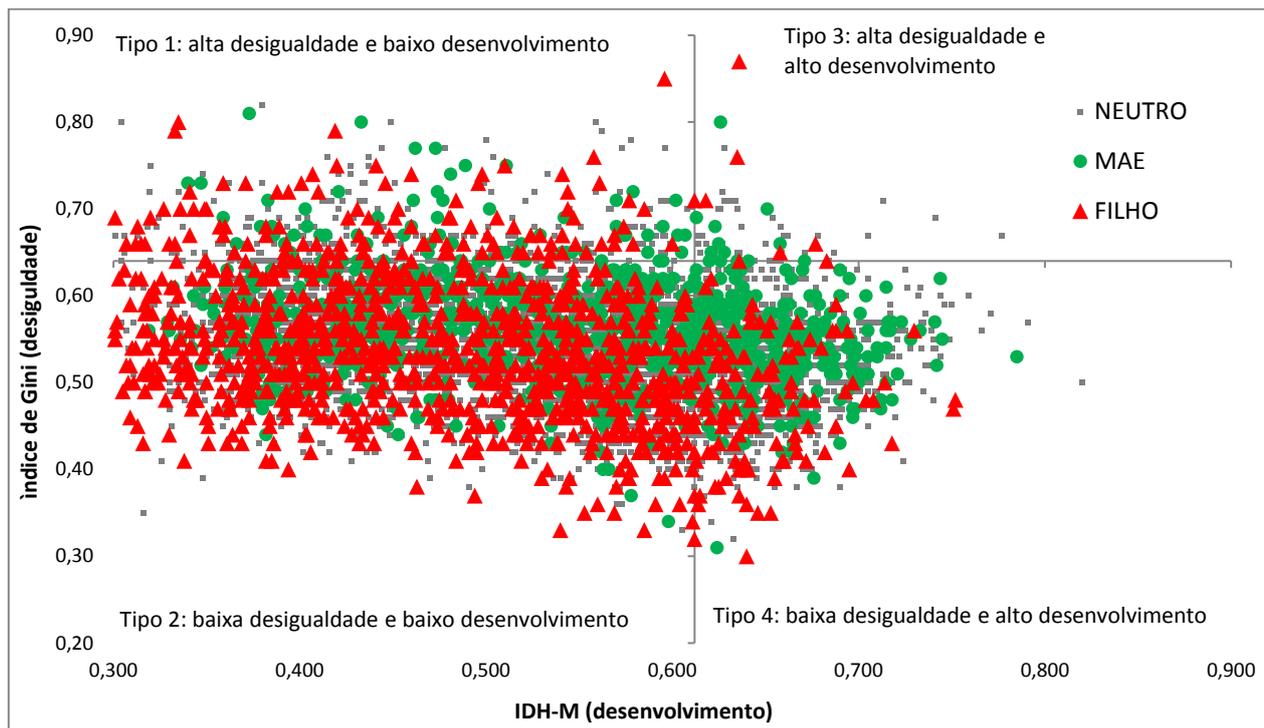
Fonte: IBGE.

O Município Tipo 3 (alta desigualdade e alto desenvolvimento) constitui a classe menos expressiva por congregar poucas dezenas de municípios em cada um dos anos analisados.

O Município Tipo 4, classe considerada o “melhor dos mundos”, representou queda em números absolutos no período, passando de 1.307 para 1.098 municípios. Ou seja, 209 municípios deixaram o Tipo 4 e se deslocaram para as classes de viés inferior. A queda foi mais acentuada na categoria dos municípios “neutros”, com redução de 170 municípios. A categoria “filhos” apresentou redução de apenas um município no período. Isso indica, em termos médios, que os municípios brasileiros estão se transferindo para as classes intermediárias (tipos 2 e 3), o que representa um posicionamento mediano em termos de desenvolvimento humano e equidade distributiva.

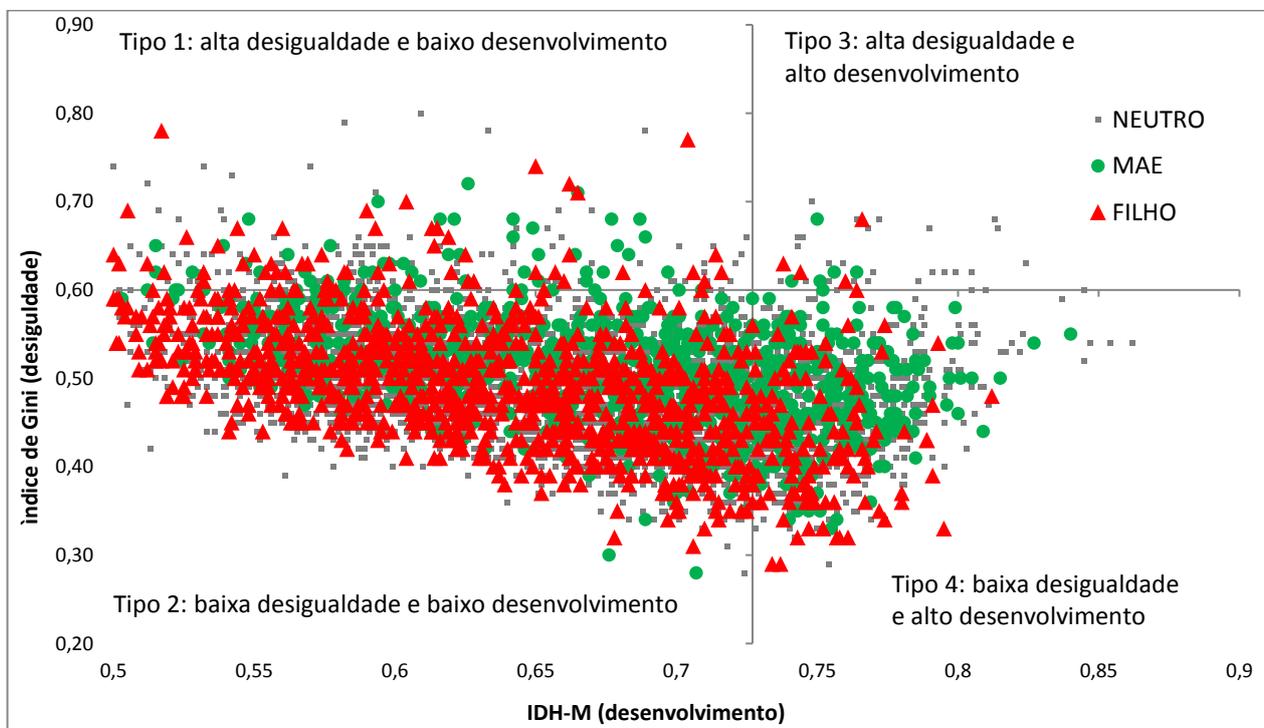
Os gráficos 1 e 2 expressam o cruzamento dos respectivos índices municipais que reúnem o IDH-M e o Coeficiente de Gini municipal, segundo as categorias de municípios. O resultado é a dispersão dos municípios em forma de nuvem de pontos, e a posição que eles ocupam nos quadrantes. Estes quadrantes foram determinados pelo cruzamento das linhas que representam o IDH do Brasil, bem como o seu Coeficiente de Gini para os anos de 2000 e 2010, ou seja, a média para a população brasileira. Em 2000, o Brasil detinha um IDH de 0,61 e um Coeficiente de Gini de 0,64; em 2010 estes valores foram, respectivamente, de 0,73 e 0,60, o que elevou a média do primeiro indicador e reduziu a do segundo – uma boa perspectiva para o conjunto populacional brasileiro.

GRÁFICO 1- Distribuição das categorias dos municípios brasileiros conforme os processos emancipatórios, e tipos municipais segundo o nível de desigualdade de renda e de desenvolvimento humano – 2000



Fonte: PNUD/Brasil (2000)

GRÁFICO 2- Distribuição das categorias dos municípios brasileiros conforme os processos emancipatórios, e tipos municipais segundo o nível de desigualdade de renda e de desenvolvimento humano – 2010



Fonte: PNUD/Brasil (2010)

Desse modo, na parte superior dos gráficos estão os quadrantes Tipo 1 (alta desigualdade e baixo desenvolvimento) e Tipo 3 (alta desigualdade e alto desenvolvimento). Por seu turno, na parte

inferior do gráfico estão os quadrantes Tipo 2 (baixa desigualdade e baixo desenvolvimento) e o Tipo 4 (baixa desigualdade e alto desenvolvimento).

O Gráfico 1, que representa o ano de 2000, revela maior dispersão dos municípios, com maior frequência absoluta, pela ordem, nos quadrantes Tipo 2, 4, 1 e 3. Curiosamente, os municípios-filhos estão distribuídos em todos eles, com maior concentração no Tipo 2, seguindo o padrão das demais categorias. Por sua vez, o Gráfico 2 revela que, em 2010, a redistribuição dos municípios corroborou para menor dispersão dos pontos, com nítida tendência à concentração dos municípios brasileiros no quadrante Tipo 2 (baixa desigualdade e baixo desenvolvimento), conforme abordado.

Também se observou que apenas 17% dos municípios brasileiros se deslocaram entre as classes no período 2000-2010. Não houve, portanto, grandes mudanças na estrutura dos tipos municipais, mesmo porque o intervalo de uma década não seria suficiente para revelar mudanças estruturais acentuadas, exceto por externalidades que, porventura, afetariam duramente a economia do país. Portanto, dos 5.565 municípios, 4.619 deles mantiveram-se nas mesmas classes: 64 deles permaneceram na classe Tipo 1, 3.582 no Tipo 2, 9 no Tipo 3, e 964 no Tipo 4, considerando o total das categorias “neutros”, “mães” e “filhos”, conforme pode-se verificar na Tabela 3.

TABELA 3- Reordenamento dos municípios brasileiros entre as classes municipais, segundo suas categorias, no período 2000-2010

Classes Municipais (2000-2010)	Categorias Municipais			Total
	1- Neutros	2- Mães	3- Filhos	
1-1	37	11	16	64
1-2	144	45	94	283
1-3	1	0	0	1
1-4	1	3	1	5
2-1	91	33	40	164
2-2	2.315	504	763	3.582
2-3	2	1	1	4
2-4	58	19	28	105
3-2	12	4	1	17
3-3	5	2	2	9
3-4	19	2	3	24
4-2	231	60	32	323
4-3	17	2	1	20
4-4	649	220	95	964
TOTAL	3.582	906	1.077	5.565

Fonte: PNUD/Brasil (2000 e 2010).

Desse modo, 946 municípios brasileiros se deslocaram de classe no período, sendo que 524 deles regrediram sua posição nos quadrantes. Esse deslocamento de viés negativo foi mais intenso entre os municípios do Tipo 4 para o Tipo 2, com 323 municípios. Ou seja, não obstante apresentarem

uma baixa desigualdade socioeconômica, esses municípios, todavia, saíram da condição de alto para baixo desenvolvimento humano.

Expressivo também foi o retrocesso verificado entre os municípios do Tipo 2 para o Tipo 1; 164 municípios ampliaram a desigualdade socioeconômica ao mesmo tempo em que permaneceram consistentemente com baixo desenvolvimento humano, em relação à média brasileira. Outros retrocessos se verificaram com menor frequência entre os Tipos 4 para 3, com apenas 20 municípios, e de 3 para 2, com 17 municípios brasileiros.

No entanto, simultaneamente, ocorreram deslocamentos com viés de alta muito importantes no período de análise. Apesar de permanecerem com o “status” de baixo desenvolvimento, 283 municípios do Tipo 1 se ascenderam ao Tipo 2, reduzindo, pois, a desigualdade socioeconômica. Embora este processo não represente, em princípio, melhoria no desenvolvimento humano, ao menos a desigualdade social vem demonstrando estar em queda nos municípios brasileiros, a julgar pelo incremento da classe Tipo 2.

Outros 105 municípios tiveram melhor sorte, pois se deslocaram da classe Tipo 2 para a 4. Apesar de figurarem no quadrante de baixa desigualdade, saíram, contudo, do “status” de baixo desenvolvimento humano para alto.

Outras melhorias no “status” ocorreram em menor grau, entre os tipos 3 para 4, 2 para 3, 1 para 3 e 1 para 4. A mudança do Tipo 1 para 4 é considerada a mais efetiva, e apenas 5 municípios conseguiram esta proeza em todo o Brasil, sendo um da categoria “filhos”. Trata-se de Santa Rita do Trivelato, localizado no estado de Mato Grosso. A principal atividade deste município é a agricultura, com destaque para a produção de soja, milho e algodão. Este caso corrobora para afirmar uma das principais razões para a criação de municípios, conforme estudo realizado por Bremaeker (1996) – a existência de uma importante atividade econômica local que contribua para impulsionar o desenvolvimento municipal.

Este reordenamento dos municípios entre as classes permitiu classificá-los em 10 subdivisões segundo o grau de sustentabilidade, conforme mostra a Tabela 4.

Como se verifica, estas subdivisões foram definidas a partir dos graus de sustentabilidade (crítica, baixa, média e alta), com seus respectivos vieses (de alta ou de baixa). A classe “sustentabilidade baixa” é a predominante no Brasil, em 2010 detinha 3.582 municípios, seguida pela classe “sustentabilidade alta”, com 964. São duas classes antagônicas que, sequer, são seguidas de perto pela classe “sustentabilidade média”, o que revela a ambiguidade do desenvolvimento humano e socioeconômico no Brasil quando se analisa a população brasileira pela composição municipal.

TABELA 4- Níveis de sustentabilidade socioeconômica dos municípios brasileiros, segundo a dinâmica do desenvolvimento humano (IDH) e da desigualdade de renda (Coeficiente de Gini) – 2010

Níveis de Sustentabilidade	Categorias Municipais			Total
	1- Neutros	2- Mães	3- Filhos	
1- Sustentabilidade crítica com viés de baixa	91	33	40	164
2- Sustentabilidade crítica	37	11	16	64
3- Sustentabilidade baixa com viés de baixa	243	64	33	340
4- Sustentabilidade baixa	2.315	504	763	3.582
5- Sustentabilidade baixa com viés de alta	144	45	94	283
6- Sustentabilidade média com viés de baixa	17	2	1	20
7- Sustentabilidade média	5	2	2	9
8- Sustentabilidade média com viés de alta	3	1	1	5
9- Sustentabilidade alta	649	220	95	964
10- Sustentabilidade alta com viés de alta	78	24	32	134
TOTAL	3.582	906	1.077	5.565

Fonte: PNUD/Brasil (2000 e 2010).

Ao serem agregadas as classes que compõem os quatro graus de sustentabilidade, desconsiderando-se o viés, tinha-se, em 2010: 228 municípios que apresentaram sustentabilidade crítica, ou 4,1% do total; 4.205 municípios com sustentabilidade baixa, ou 75,6% (maioria absoluta); 34 municípios com “sustentabilidade média”, menos de 1%; e, por último, 1.098 municípios de “sustentabilidade alta” – quase um quinto do total.

Quanto à distribuição por categorias, observa-se que, em geral, ela segue a proporção entre “municípios neutros”, seguida pela categoria “filhos” e depois “mães”. Quatro subclasses, no entanto, destoaram desta ordem, sendo que duas delas foram bastante díspares: 1º) “Sustentabilidade baixa com viés de baixa”, representada por 64 municípios da categoria “mães” e 33 da categoria “filhos”; e 2º) “Sustentabilidade alta” representada por 220 municípios “mães” e 95 da categoria “filhos”.

No primeiro caso, demonstra que um número maior de municípios “mães”, além de deterem uma “sustentabilidade baixa com viés de baixa”, está com ritmo de queda na qualidade de vida superior à da categoria “filhos”. No segundo caso, os municípios progenitores apresentam resultado muito mais satisfatório em relação à categoria “filhos”.

Assim, nestes extremos, observa-se que os “municípios-filhos” predominam nas classes de sustentabilidade “crítica” e “baixa”, com 946 municípios contra 657 dos “municípios-mãe”. Nas classes intermediárias esses números praticamente se equivalem. Na outra ponta estão os municípios de “sustentabilidade alta”; aí predominam os municípios da categoria “mães” que participam com 244, contra 127 da dos “municípios-filhos”.

Esses dois casos remetem à seguinte análise: é fato que os municípios recém-emancipados vêm apresentando, em geral, melhoria em sua qualidade de vida, mas também é plausível admitir que os “municípios-mãe” obtiveram, da mesma forma, resultados qualitativos positivos, tendo em vista a

redução dos custos na manutenção de serviços em seus ex-distritos. Evidentemente, esta é apenas uma das hipóteses, não se pode descartar, contudo, aspectos relacionados à própria eficiência administrativa e captação de receitas por parte dos “municípios-mãe”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No último surto emancipacionista, o Brasil registrou a criação de mais de mil novos municípios. Foram identificados 3.582 pertencentes à categoria “neutros”, e 906 à categoria “mães”, o que totalizava 5.565 municípios em 2010. Estes municípios foram organizados em 4 tipos de classes, segundo o grau de sustentabilidade socioeconômica. No período 2000-2010, apenas 17% deles se deslocaram entre as classes, o que representa uma mobilidade relativamente baixa.

Dos 946 municípios que se deslocaram de classe, 524 deles regrediram sua posição nos quadrantes, e 283 deles deixaram a classe Tipo 1, ou a condição de “alta desigualdade e baixo desenvolvimento” para a classe Tipo 2, de “baixa desigualdade e baixo desenvolvimento”. Apesar deste processo não representar, em princípio, melhoria no desenvolvimento humano, ao menos demonstra que a condição crítica de desigualdade social está em queda nos municípios brasileiros.

A classe Tipo 2 é a que predomina no país. Verificou-se que os municípios brasileiros tendem a se concentrarem nela, tendo em vista que foi incrementada tanto por municípios das classes superiores quanto dos da classe Tipo 1. O deslocamento de alguns municípios desta classe, principalmente da categoria “filhos” para o Tipo 2, verificado no período, denota mudanças qualitativas importantes, e as emancipações distritais podem ter contribuído, em certa medida, para a melhoria das condições de vida da população desses novos municípios.

Mudança representativa ocorreu também com o deslocamento de 323 municípios do Tipo 4 (baixa desigualdade e alto desenvolvimento) para o Tipo 2. Outras regressões verificadas se deram em menor número no período, e indicam que estes municípios deixaram a melhor condição socioeconômica para se ingressarem em condições inferiores.

Em termos médios, os municípios brasileiros estão se destinando para as classes intermediárias (tipos 2 e 3), o que representa, por um lado, melhoria das condições de vida para uma parcela deles, e, por outro, uma queda em seu desenvolvimento humano e equidade distributiva para outra parcela deles.

Não obstante alguns municípios recém-emancipados terem melhorado suas condições de vida, notou-se que a maioria deles integra as classes de sustentabilidade “crítica” e “baixa”, com maior participação que a categoria dos “municípios-mãe”. Na outra ponta estão os municípios de “sustentabilidade alta”, aí predominam os “municípios-mãe” em relação aos “filhos”. O que merece uma análise à parte.

Em suma, a presente proposta se apresenta como possibilidade metodológica para contribuir na análise dos diferentes níveis do desenvolvimento humano e social dos municípios brasileiros, como

também subsidiar às administrações públicas municipais e às pesquisas relacionadas ao desenvolvimento municipal.

REFERÊNCIAS

BELLEN, H. M. V. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. *Emenda Constitucional Nº 15 de 12 de setembro de 1996*. Dá nova redação ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/EMC15_12.09.1996/EMC15.asp>. Acesso em: 27 abr. 2016.

BREMAEKER, F. E. J. Os novos municípios brasileiros. *Revista Brasileira de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 200, p. 82–92, jul./set. 1991.

_____. Limites à criação de novos municípios: a Emenda Constitucional nº 15. *Revista Brasileira de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 219, p. 118-128, abr./dez. 1996.

CMMAD – Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

COSTANZA, R. *Ecological economics: the Science and management of sustainability*. New York: Columbia Press, 1991.

EVASO, A. S.; BITTENCOURT JR, C.; VITIELLO, M. A.; NOGUEIRA, S. M.; RIBEIRO, W. C. Desenvolvimento sustentável: mito ou realidade? *Terra Livre*, AGB, São Paulo, n. 11-12, p. 91-101, ago 1992/93.

GOLDSMITH, E. et. al. *Blueprint for survival*. Boston: Penguin, Harmondsworth & Houghton Mifflin, 1972.

GUIMARÃES, R. P. *Introdução: desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas*. In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana (Orgs.). *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 13-44.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; SPI/MP – Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Objetivos de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento*. Brasília: Ipea: MP, SPI, 2007.

LIPIETZ, A. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, n. 10, v. 2, p. 303-335, 1989.

MATTOS, C. A. Desenvolvimento sustentável nos territórios da globalização. Alternativa de sobrevivência ou nova utopia? In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana (Orgs.). *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 103-125.

NUNES, M. A.; GARCIA, R. A. Emancipações distritais em Minas Gerais na década de 1990 e suas relações com o fluxo migratório das mesorregiões mineiras. *Anais do XVI Seminário Sobre a Economia Mineira*, Diamantina, 16 a 20 setembro 2014.

NUNES, M. A.; GARCIA, R. A.; OLIVEIRA, G. L. N. Emancipações distritais no Brasil após a Constituição Federal de 1988 e o potencial de captação de crédito dos municípios recém-criados. In: *XVI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR)*. Belo Horizonte, 18-25 maio, 2015. Disponível em: <<http://www.xvienanpur.com.br/mwg-internal/de5fs23hu73ds/progress?id=NhGtju-vI0MK4ozIABsjxPJJ7ySRf4VPs-Yome5HDU>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

OLIVEIRA, L. D. Os “limites do crescimento” 40 anos depois: das “profecias do apocalipse ambiental” ao “futuro comum ecologicamente sustentável”. *Revista Continentes*, Seropédica – RJ, ano 1. n. 1, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PRONK, J.; UL HAQ, M. *Sustainable development: from concept to action*. The Hague Report. New York: United Nations Development Programme, 1992.

RIBEIRO, W. C. Meio ambiente: o natural e o produzido. *Revista do Departamento de Geografia*, n. 5, São Paulo, FFLCH/USP, 1991.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIMON, C.; DEFRIES, R. S. *Uma Terra, um futuro*. Tradução Maria Claudia Santos Ribeiro Ratto. São Paulo: Makron Books, 1992.

SIQUEIRA, C. G. Surgimento de municípios nos 90: a influência da distribuição populacional e do novo arranjo político-institucional no processo emancipatório paulista. *III Encontro Nacional sobre Migrações*, UNICAMP, Campinas, 2003.

WÜSTEN, H. V. Desenvolvimento sustentável e geografia política. In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana (Orgs.). *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 403-418.